

POLÍTICOS pedem demolição do Palácio dos Azulejos: se dependesse da vontade dos políticos, o Palácio dos Azulejos, monumento arquitetônico da cidade, teria sido demolido em 72. Correio Popular, Campinas, 14 jul. 1991.

Políticos pedem demolição do Palácio dos Azulejos

Se dependesse da vontade dos políticos, o Palácio dos Azulejos, monumento arquitetônico da cidade, teria sido demolido em 72

Nesta cidade onde a construção de passagens subterrâneas ligando prédios que estivessem frente-a-frente foi autorizada em 1957, muitas e significativas alterações ocorreram somente no papel. O Palácio dos Azulejos é um exemplo bem característico do quanto um discurso político é capaz de interferir ou não na realidade. Inscrito no Livro de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em novembro de 1967, o Palácio dos Azulejos teria sido demolido se dependesse da vontade dos políticos.

Enquanto a Prefeitura ainda funcionava neste prédio construído na época da Campinas Imperial e o Palácio dos Jequitibás estava em construção, mesmo sabendo do tombamento já se traçava planos para que o local tivesse outras características.

Em 1972 a polêmica estava acirrada, e os vereadores pediam a derrubada do prédio, que esta-

va “caindo aos pedaços” e colocava em risco a integridade física dos funcionários do Departamento de Águas e Esgotos em funcionamento no local.

Uma ampla e moderna praça pública deveria ser construída ali. “Melhorando consideravelmente o aspecto central da cidade”, já que a hipótese de sua restauração devia ser descartada, pois exigiria o dispêndio de uma fabulosa importância, segundo o vereador Lindenberga Silva Pereira, ardente defensor do destombamento do Palácio dos Azulejos. Um ano depois os defensores deste patrimônio histórico lavraram um tento: a construção deveria ser preservada.

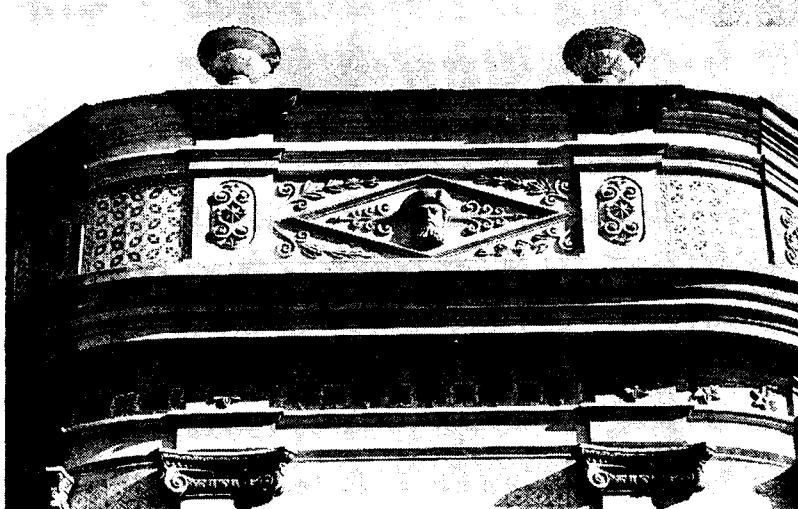
Mesmo assim, as discussões não estavam encerradas. Campinas tinha idéias revolucionárias para conviver com o tombamento de um prédio, mas não com a área envoltória que igualmente deveria ser preservada. O cha-

NELSON CHINALIA

mado “pequeno e nobre zoneamento especial” era um plano elaborado pelo arquiteto Fábio Penteado, a pedido do então prefeito Lauro Péricles Gonçalves, e trazia soluções que agradariam não apenas Campinas mas muitas outras cidades, pois previa a convivência harmoniosa entre o patrimônio tombado e a modernidade a ser erguida ao seu redor.

Se os planos do prefeito Lauro Péricles tivessem sido cumpridos, o Palácio dos Azulejos restaurado ficaria situado numa ampla e moderna praça, que englobaria dois quarteirões: aquele onde está o prédio e o outro onde funciona a agência de Correios e Telégrafos. A grande praça ganharia também um edifício de 12 pavimentos, com fachada projetada para contrastar com o prédio tombado que funcionaria como museu. Nos diversos andares do edifício seriam instalados cinema, biblioteca, agência postal central e outros organismos públicos e privados, de maneira a transformar a praça num dos maiores centros de concentração de massa da cidade, nos setores de cultura, arte, prestação de serviço e lazer.

Ao completar 100 anos, em 1978, o Palácio dos Azulejos recebeu do Instituto do patrimônio Histórico Nacional (Iphan) sinal verde para ser restaurado. O local, após a restauração deveria se transformar numa área agradável, funcionando como atrativo para os turistas. Mas o processo de restauração ao invés de turistas atraiu muitas opiniões contraditórias e até que chegasse ao ponto atual, diversas acusações de desfiguração da edificação foram feitas.



Detalhes imperiais marcam o prédio do Palácio dos Azulejos



Fachada do Palácio dos Azulejos: projetos "revolucionários" que, mais uma vez, ficaram no papel